

Musicking, lugares públicos e (des)engajamento moral: resultados iniciais de um estudo sobre a prática musical nas áreas comuns da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Comunicação

Mário André Wanderley Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte/PNPD - CAPES
mawoliveira@gmail.com

Yanaêh Vasconcelos Mota
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/CAPES
yanaeh01@gmail.com

Ítalo Soares da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
italo_so.silva@gmail.com

Luciano Luan Gomes Paiva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
lucianolgpaiva@gmail.com

Carlos Antônio Santos Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ribeirocarlos17@gmail.com

Ana Clara da Silva Ponciano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
claraponciano9@gmail.com

Francisco Ernani de Lima Barbosa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ernanibarbosa2018@gmail.com

Sâmela Ramos Paulo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
rmssamela@gmail.com

Tamar Genz Gaulke
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
tamargenzgaulke@gmail.com

Resumo: Na presente comunicação, são apresentados resultados iniciais de uma pesquisa que vem sendo realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Música (GRUMUS) – vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e cadastrado no Diretório

de Grupos de Pesquisa do CNPq –. O objetivo geral do estudo é investigar a relação entre engajamento musical e moral de discentes da Escola de Música da UFRN, tendo como base suas perspectivas sobre a prática musical em lugares públicos. O trabalho, que se ancora em proposições de Small (1998), Goffman (2010) e Bandura (2007), configura-se, metodologicamente, como um survey interseccional baseado na *internet*. Por meio de um questionário on-line autoadministrado, foram coletados dados de 162 estudantes. Como resultados iniciais, tem destaque a presença de, ao menos, um mecanismo de desengajamento moral em 93,1% da amostra. Com este estudo em andamento, esperamos contribuir com a reflexão sobre ética sonora-musical na formação de músicos/as e professores/as de música.

Palavras-chave. Musicking. Lugares Públicos. Engajamento Moral.

Introdução

A presente comunicação visa apresentar resultados parciais de um estudo realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Música (GRUMUS) – vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq –, cujo objetivo geral foi investigar a relação entre engajamento musical e engajamento moral em música junto ao corpo discente da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN). Tal objetivo vincula-se a um tema, certamente, contemplado em pautas de discussões cotidianas de universidades que oferecem cursos de música, em quaisquer níveis e modalidades, bem como em outras instituições que, de algum modo, se dedicam ao ensino de/com música. Os cursos e/ou atividades musicais nessas instituições se destacam, entre outros aspectos, pela produção sonoro-musical diária, o que, por vezes, pode trazer desconfortos e mesmo conflitos entre professores/as, estudantes e técnicos/as engajados/as em diferentes atividades em suas instituições. Acreditamos, nesse sentido, que a excessiva produção sonoro-musical diária não seja um desafio exclusivo do campo empírico deste estudo – a EMUFRN –, uma vez que outras instituições de ensino superior (IES) – que possuem cursos de extensão, graduação ou pós-graduação em música – podem ter problemas até mesmo mais intensos do que os da EMUFRN – haja vista que muitas universidades possuem departamento de música dentro de outros, como Institutos de Artes

e Centros de Ciências Humanas. Dessa forma, estudantes e professores/as de outros cursos podem também ter desconfortos semelhantes.

A EMUFRN, campo empírico deste estudo, tem direcionado esforços para otimizar políticas e ações coerentes com este cenário. Todavia, é patente que, mesmo com esforços da administração, a infraestrutura da EMUFRN já não atende plenamente à totalidade de demandas hoje existentes em seu interior, conforme observado no estudo de D'Amore e colaboradoras (2011). Isso porque a edificação da Escola foi construída em 1991, quando a Escola oferecia poucos cursos. Atualmente, a EMUFRN oferece cursos técnicos, de licenciatura, de bacharelado, bem como cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* em Música. O indicativo mais visível desta sobrecarga é a pressão sonora produzida pela prática musical nos corredores da instituição, a qual tem sido objeto de múltiplas reclamações da comunidade acadêmica.

Em 2014, chegou a ser lançada e empreendida uma campanha intitulada *Eu Respeito os seus ouvidos*, com alguma adesão de parte comunidade acadêmica da EMUFRN. A parcela da comunidade que não concordou com a campanha, por outro lado, passou a defender a Escola de Música como um espaço imanente de produção sonoro-musical — portanto, não passível de “censura”. Mesmo após avaliações audiométricas realizadas pelo departamento de Fonoaudiologia da UFRN na edificação — que indicaram a presença de pressão sonora danosa à saúde física e mental daqueles/as que a ela se expõem diariamente — a prática musical nas áreas comuns ainda é rotineira na Escola, mesmo com a ciência da comunidade acerca dos seus impactos. Essa situação levou-nos a refletir sobre a dimensão ética da formação em música dos/as estudantes da EMUFRN, culminando na elaboração da questão que tem norteado esta pesquisa: como estão associados o engajamento musical e o engajamento moral de estudantes da EMUFRN com base em suas perspectivas sobre a prática nas áreas comuns do prédio?

Base teórica da pesquisa

O título deste texto – *Musicking*, lugares públicos e (des)engajamento moral – faz referência às proposições teóricas de três autores: Christopher Small (1998), Erving Goffman

(2010) e Albert Bandura (2007). *Musicking*, para Small (1998, p. 8), seria qualquer atividade que envolve ou se relaciona com o fazer musical – tal como tocar, ouvir, ensaiar, compor. Dessa forma, o conceito abrange qualquer engajamento musical identificável. A segunda expressão, de autoria de Goffman (2010), *lugares públicos*, diz respeito aos ambientes em que há a liberdade de acesso às pessoas de uma comunidade. Os lugares públicos, de acordo com o autor, proporcionam o encontro entre indivíduos que, por vezes, não se conhecem, mas que, de algum modo, compartilham determinadas regras de conduta – e que servem para orientar os caminhos de uma possível interação social. Os espaços privados se diferem dos espaços públicos por só comportarem a interação entre membros convidados para uma determinada ocasião social. Por fim, desengajamento moral, principal conceito adotado neste trabalho, é descrito pela perspectiva da Teoria Social Cognitiva de Bandura (1986).

Iglesias (2008), tradutor de Bandura, esclarece que o conceito *desengajamento moral* visa explicar como as pessoas podem encontrar justificativas à realização de “atos antissociais”, sem se sentirem culpadas ou censuradas. Por atos antissociais entendemos que são comportamentos que quebram as normas sociais ou jurídicas. Podem ser considerados atos antissociais: “brincadeiras de mau gosto” ou comportamentos de agressão e violência em diversos níveis (PIMENTEL; GÜNTHER, 2009, p. 374).

O uso do termo *desengajamento*, inclusive, sugere que é possível as pessoas se desprenderem dos próprios padrões morais para agirem antissocialmente sem autocondenação (IGLESIAS, 2008, p. 165). Bandura (2007) indicou que o desengajamento moral pode se materializar a partir de oito mecanismos, a saber: 1) justificativa moral; 2) comparação vantajosa; 3) linguagem eufemística; 4) minimização, ignorância ou distorção das consequências; 5) desumanização, 6) atribuição de culpa, 7) deslocamento de responsabilidade e 8) difusão de responsabilidade.

Iglesias (2008) esclarece que 1) Justificativa moral ocorre quando o que é culpável pode se tornar uma conduta pessoal e socialmente aceitável, por meio de uma reconstrução do que representa a conduta antissocial. 2) Comparação vantajosa ocorre quando condutas prejudiciais parecem ter uma consequência pequena se comparadas com atividades mais repreensíveis do que elas. 3) Linguagem eufemística opera quando há uma suavização de

atividades repreensivas para diminuir a gravidade da ação ou conferir-lhe um *status* mais respeitável. 4) Minimização, distorção ou ignorância das consequências opera quando as pessoas acreditam fazer o mal pelo bem (ou que os fins justificam os meios), minimizando o mal que causam, evitando encará-lo ou ignorando-o. 5) Desumanização opera quando se retiram das pessoas suas qualidades humanas ou quando se atribuem a elas qualidades não humanas. 6) Atribuição de culpa acontece quando as pessoas veem a si mesmas como vítimas sem culpa, pressionadas a agir de forma prejudicial por uma provocação forçada, ou então a ver suas vítimas como culpadas e merecedoras de seu prejuízo. O 7) Deslocamento de responsabilidade acontece quando se recorre à ideia de que outras pessoas estão agindo na mesma intenção. Por fim, 8) Difusão de responsabilidade acontece quando as pessoas veem suas ações como se estivessem emergindo de pressões sociais ou de imposições dos outros, muito mais do que algo pelo que são pessoalmente responsáveis (IGLESIAS, 2008).

Esses oito mecanismos de desengajamento moral estão, conforme Bandura (2007), distribuídos com base em quatro loci: 1) do comportamento; 2) da agência; 3) do resultado e 4) do receptor/a das ações. A justificativa moral, a comparação vantajosa e a linguagem eufemística têm seu *locus* no comportamento. Esses são os mecanismos desengajadores mais efetivos, porque, além de eliminar ou atenuar a autocondenação, ainda podem atribuir aprovação à ação danosa realizada. Em relação à agência — o caso do deslocamento e da difusão de responsabilidade — as pessoas não se autocensuram, porque o contexto de sua ação é difuso. No caso da minimização, ignorância ou distorção das consequências, o *locus* está no resultado da ação e o efeito prejudicial das práticas é minimizado, desconsiderado ou contestado. Os dois mecanismos, desumanização e atribuição de culpa, têm o *locus* na pessoa receptora da ação, que é vista como culpada pela condição em que se encontra (BANDURA, 2007).

Metodologia do estudo

Neste estudo, foram observados os pressupostos teórico-metodológicos da abordagem quantitativa. Mais especificamente, a pesquisa configurou-se como um *survey* interseccional baseado na *internet*, com a adoção da técnica “bola de neve” (COHEN;

MANION; MORRISON, 2007). Para tal, recorreremos a quatro estratégias principais de divulgação do instrumento: 1) envio do questionário a todos/as os/as estudantes da Escola por meio do sistema acadêmico; 2) postagens do *link* do questionário nas redes sociais do Grupo; 3) fixação de cartazes com QR code¹ em diversos pontos da Escola; 4) apoio de demais professores/as e estudantes na divulgação da pesquisa e seu questionário.

Considerando a categoria de *survey* escolhida — interseccional —, os dados foram coletados, por meio de um questionário on-line autoadministrado, entre os dias 18 de setembro de 2019 e 10 de janeiro de 2020. Neste texto, especificamente, são apresentados dados obtidos por meio de estatística descritiva. Nas etapas seguintes, serão utilizadas técnicas de estatística inferencial para análise da relação entre as variáveis observadas no estudo.

Cabe frisar que, antes da aplicação, o questionário elaborado pelo Grupo foi testado e ajustado previamente em estudo piloto realizado entre os dias 10 e 14 de setembro. Colaboraram com o processo estudantes que, por serem de outras instituições, não responderiam ao questionário definitivo da pesquisa. Convém ainda mencionar que, inicialmente, este *survey* se configuraria como a etapa de avaliação diagnóstica de uma pesquisa-ação, cuja fase de intervenção aconteceria no ano de 2020 em espaços diversos da EMUFRN. O plano, todavia, foi abortado, em função da quarentena pela pandemia da Covid-19, que nos permitiria realizar apenas intervenções on-line — provavelmente não acessíveis à grande parte da comunidade acadêmica.

Resultados iniciais

Ao final da coleta de dados, foram contabilizados retornos de 162 respondentes. Contudo, foram excluídas as respostas de 18 deles/as, que não se enquadraram no público-alvo da pesquisa². Dessa forma, o número total de colaboradores/as cujas respostas foram consideradas válidas no estudo foi 144. Esse grupo de respondentes foi composto majoritariamente por estudantes jovens. Suas idades variaram dos 13 aos 59 anos — sendo

¹ Código de barras bidimensional que pode ser escaneado usando a câmera de *smartphones*.

² Estudantes matriculados/as em algum curso da EMUFRN durante o período da coleta de dados.

27 a idade média e 22 a moda do grupo. A faixa etária com o maior número de respondentes foi a compreendida entre os 21 e 25 anos, com 37,5% da amostra. A maior parte da amostra se declarou do gênero masculino (70,8%) e a minoria, feminino (29,2%).

A maioria dos/as respondentes indicou ser alunos/as de cursos de graduação (62,5%) da Escola; ou seja, da Licenciatura ou Bacharelado em Música. Na sequência, estão os/as alunos/as da Pós-Graduação (15,3%), estudantes dos cursos Técnico de nível médio (14,6%) e, por último, alunos/as dos cursos de Extensão da EMUFRN (7,6%). A maior parte do grupo dos/as respondentes vinculada aos cursos de Graduação e Extensão são instrumentistas de cordas friccionadas ou madeiras. Nas respostas dos/as estudantes de Pós-Graduação, observamos que a maioria também são instrumentistas de cordas friccionadas, seguidas de instrumentistas de sopro (metais). A mesma sequência se manteve nas respostas de estudantes dos cursos Técnico de nível médio. Do total, 11 respondentes não mencionam instrumento³ e, apenas um indicou “nenhum instrumento”.

Interessou-nos saber também em que cidade os/as estudantes da Escola residem. Conjecturamos que os/as estudantes de outras cidades poderiam ser aqueles/as que mais utilizam o espaço da Escola, por ser a universidade o seu principal local de estudo na cidade. Do total de respondentes, a maioria (71,5%) indicou residir em Natal/RN. Sendo que uma parcela significativa (28,5%) indicou morar em outros municípios.

Ao serem questionados/as sobre a prática musical na EMUFRN, a maioria (81,3%) indicou utilizar a Escola para praticar. E, entre aqueles/as que praticam, 44,4% manifestaram praticar nas áreas comuns da EMUFRN. Cabe destacar que, das pessoas que afirmaram não praticar na Escola de Música, mais da metade é estudante de graduação (51,9%), sobretudo do curso de licenciatura em Música.

Àqueles/as que indicaram praticar na Escola, foi perguntado a periodicidade semanal de sua prática. A maior parte dos/as respondentes indicou praticar cinco vezes por semana na Escola de Música (com 20,5% do grupo que indicou praticar na Escola), seguido de dois (17,5% do grupo que pratica na Escola) e três dias (também 17,5%). Também foi

³ 1 resposta de estudante de Extensão; 1 resposta de estudante do Técnico; 5 respostas de estudantes da Graduação; 4 respostas de estudantes da Pós-Graduação.

possível identificar que os turnos que esses estudantes mais praticam: à noite⁴ (com 81 indicações), à tarde (80 indicações) e pela manhã (com 64 indicações). Quanto aos objetivos da prática nas áreas comuns, os motivos mais indicados foram a manutenção ou aprimoramento da técnica instrumental (sinalizado por 82,8% daqueles que praticam), preparação para recitais e provas (66,5%) e ensaio (51,7%).

Inspirados/as nas proposições de Goffman (2010), perguntamos às 52 pessoas que indicaram praticar nas áreas comuns da Escola (36,1% do total de respondentes), se percebiam as reações dos/as observadores em relação à sua prática nessas áreas. 38,5% desses/as estudantes afirmaram não perceber qualquer reação do público. Os/as 61,5% restantes indicaram perceber de diferentes formas as reações da comunidade acadêmica frente suas práticas nas áreas comuns. Eles/as acreditam que as outras pessoas: a) se incomodam com a prática nas áreas comuns (para 23,1% do grupo que pratica nas áreas comuns); b) são indiferentes (15,4%); c) reagem “normalmente” (11,5%); d) reagem com admiração à sua prática (7,7%).

A todo o grupo de respondentes ($n = 144$) foi perguntado de que forma percebem a prática musical nas áreas comuns do prédio. Do total de participantes, 25% afirmaram reagir “normalmente” às práticas musicais de outras pessoas nas áreas comuns. Na sequência, 20,8% indicaram se incomodar; 20,1% afirmaram ser indiferentes; 13,2% sinalizaram que admiram essa prática; e 4,9% indicaram adotar uma postura analítica, de julgamento da prática de outrem.

Perguntamos também aos/às 27 participantes da pesquisa que indicaram não praticar na Escola de Música (18,8% do total) a razão de não fazê-lo. Destes, mais da metade (55,6%) indicaram que não praticam na Escola por não considerarem que este seja o foco curso que fazem (em sua maioria, estudantes do curso de Licenciatura em Música). Destacam-se também entre as justificativas, a falta de sala de estudo e constrangimentos (ambas indicados por 11,1% daqueles/as que sinalizaram não praticar na Escola).

A partir da análise dos itens do questionário atinentes aos mecanismos de desengajamento moral de Bandura (2016), foi identificada a presença de ao menos um tipo

⁴ Respectivamente nessa questão, os/as respondentes podiam assinalar um ou mais de um turno em que praticavam nas áreas comuns.

de mecanismo em 93,1% das respostas dos participantes da pesquisa. O mecanismo de desengajamento moral mais presente nas respostas foi a justificativa moral, com 97 respostas (67,4% dos/as 144 participantes). Em segundo lugar, a comparação vantajosa, se destacou com 78 respostas (54,2% das respostas); seguida de deslocamento de responsabilidade, com 66 respostas (45,8%) e difusão de responsabilidade com 52 respostas (36,1%). Os mecanismos menos presentes nas respostas foram a Minimização, distorção ou ignorância das consequências, em respostas de 24 respondentes (16,7%) e linguagem eufemística, em 17 (11,8%).

Por fim, é necessário destacar que 87 pessoas (60,4% do total de 144 participantes da pesquisa) indicaram desconhecer quaisquer regras da EMUFRN sobre a prática musical nas áreas comuns do prédio. Já os/as 39,4% restantes, as 57 pessoas que indicaram ter ciência da existência de tais regras, parecem não conhecê-las tão bem, em função da divergências nas respostas. Destes, 27 indicaram saber que “é proibido tocar nas áreas comuns da Escola”; 10, que “é permitido tocar nas áreas comuns, desde que nos lugares e horários adequados”; 9, que é “permitido tocar nas áreas comuns, desde que não haja muitas pessoas estudando ao mesmo tempo”. Uma pessoa indicou que “é permitido tocar nos corredores, desde que com intensidade moderada”. E duas indicaram ter ciência da existência de regras, mas não de seu teor.

Considerações finais

Esta comunicação apresentou dados descritivos de um estudo em andamento. A próxima etapa do trabalho consiste no aprofundamento das análises, relacionando variáveis observadas no estudo. Acreditamos que os resultados parciais, aqui apresentados, podem ajudar a fomentar o debate sobre o assunto, pois, “enquanto o debate sonoro não se tornar, como tudo, algo coletivamente compartilhado, não haverá uma cultura constituída sobre a música e suas implicações estético-sonoro-visuais” (BASTOS, 2019, p. 308). Ademais, esperamos que a pesquisa possa trazer subsídios para se pensar em uma ética sonora, conforme propõe Bastos (2019, na formação de músicos/as e professores/as de música, o que, por sua vez, pode contribuir para a elaboração de estratégias que fomentem o

bem-estar no interior das escolas de música em universidades, bem como uma relação dessas escolas (ou institutos ou departamentos) com outros centros (ou institutos ou departamentos). Esperamos que este trabalho possa trazer contribuições para a área de Música, sobretudo da subárea de Educação Musical, ao tratar da dimensão ética do fazer musical como objeto de estudo.

Referências

AZZI, Roberta. Desengajamento Moral na Perspectiva da Teoria Social Cognitiva. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 31, n. 2, p. 208-219, 2011.

BANDURA, Albert. *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1986.

_____. Impeding ecological sustainability through selective moral disengagement. *The International Journal of Innovation and Sustainable Development*, v. 2, n. 1, p. 8-35, 2007.

_____. *Moral disengagement: how people do harm and live with themselves*. Nova Iorque: Worth Publishers, 2016.

BASTOS, Juliana Carla. *Ética sonora e suas implicações na sociedade de João Pessoa*. 2019. Tese (Doutorado em Música) – Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith. *Research Methods in Education*. 6. ed. New York: Routledge, 2007.

D'AMORE, Aline Dantas; SÁ, Danielle Caroline de; SILVA, Edmilza Borges da; OLIVEIRA, Fabrício Amorim Miranda de; ARAÚJO, Iuri Ávila Lins de; MONTENEGRO, Glielson Nepomuceno; ELALI, Gleice Azambuja. Avaliação Pós-Ocupação da Escola de Música da UFRN: um estudo da área comum. In: *II SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO; X WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS*, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBQP, 2011. Disponível: <<https://www.iau.usp.br/ocs/index.php/sbqp2011/sbqp2011/paper/viewFile/244/199>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

GOFFMAN, Erving. *Comportamentos em Lugares Públicos* – Nota sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

IGLESIAS, Fábio. Desengajamento moral. In: BANDURA, Albert; AZZI, Roberta; POLYDORO, Soely. *Teoria social cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 165-176.

PIMENTEL, Carlos Eduardo; GÜNTHER, Hartmut. Percepção de letras de músicas como inspiradoras de comportamentos antissociais e pró-sociais. *Psico*, v. 40, n. 3, pp. 373-381, jul./set. 2009.

SMALL, Christopher. *Musicking: the meanings of performance and listening*. Hannover NH: Wesleyan University Press, 1998.